

Coluna do Castello

Faltam ainda dados para a avaliação

Não parece provável que o presidente da República substitua ministros de Estado em função da sua postura de passar a governar liberado dos compromissos partidários. A grande maioria dos ministros é de amigos do sr José Sarney ou escolhidos em função de entendimentos nos quais não se envolveram os partidos que até ordem em contrário ainda o apóiam. O presidente da República, embora ressentido com a atitude dos governadores de Pernambuco e da Bahia, não terá por que atribuí-la ao sr Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, que pessoalmente se interessa em especial pelo destino de dois ministros, os srs Renato Archer, da Previdência, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, ambos assinalados pelas corretas relações com o presidente. O sr Archer é também uma peça importante na política do sr Sarney no Maranhão e o sr Luiz Henrique foi um líder leal na Câmara e na Constituinte.



Uma reforma ministerial seria também precipitada por faltarem dados importantes na avaliação do quadro nacional. A Assembléia Constituinte, por seu plenário, terá ainda de confirmar a introdução do sistema parlamentarista do governo e a data a partir da qual entrará em vigor. Há também pendente de decisão a proibição de, se adotado o novo sistema, mudá-lo pelos cinco anos seguintes. Se é duvidosa ainda a permanência da proposta parlamentarista, mais duvidosa será sua vigência a partir de março do próximo ano, pois tal dispositivo encerraria logo o governo Sarney e impediria o presidente de demitir e nomear ministros, tarefa que passaria logo à Câmara dos Deputados e ao PMDB, que tecnicamente a domina. Também a proibição da intangibilidade do sistema por cinco anos cercearia a campanha presidencial, cuja tônica seria obviamente o retorno ao presidencialismo sonhado por todos os presidenciáveis conhecidos.

Antes de definidas tais preliminares seria pelo menos uma precipitação qualquer reforma ministerial. As retaliações preconizadas pela assessoria mais chegada ao presidente, tradicionalmente hostil ao PMDB, se aplicariam no máximo à faixa do segundo e do terceiro escalões, nos quais prolifera o fisiologismo que daria seus frutos na eleição municipal do próximo ano. Deve-se observar também que o presidente José Sarney é

um político de convivência restrita aos meios parlamentares, dos quais emergiu, com quadros maranhenses e uns poucos amigos em São Paulo. Esse esquema já está presente no seu governo e não haveria razões maiores que justificassem sua ampliação, salvo se ocorrerem demissões espontâneas de ministros.

A atitude do sr Sarney de colocar-se "acima dos partidos" terá sua repercussão mais ampla na disputa da Presidência da República, que haverá de acelerar-se ainda neste fim de ano. O Palácio do Planalto não teria candidato e deixaria aberta a disputa no PMDB e no PFL, facilitando a emergência de candidaturas já delineadas como as dos srs Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva. A campanha presidencial ficará a cargo exclusivo dos partidos, sob a influência das regras estabelecidas pela Assembléia Constituinte e sob a vigilância das Forças Armadas ainda interessadas na conclusão da transição, já encerrada para o sr José Sarney.

Os presidenciáveis já estão listados pelos jornais. Além dos dois citados, há os irrecusáveis Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves. No PMDB, os governadores Orestes Quércia e Newton Cardoso são aspirantes e ambos supostamente controlam as convenções regionais e os votos convencionais do seu partido. A expressão alcançada pelo sr Mário Covas não parece suficiente para dar trânsito fácil à sua candidatura no PMDB, mas a esquerda sente-se estimulada a reagrupar-se para a disputa sob uma outra legenda, já preconizada em Minas pelo deputado Pimenta da Veiga. O candidato natural seria o sr Covas, se, como se prevê, o governador Miguel Arraes se mantiver dentro do PMDB juntamente com os srs Waldir Pires e Pedro Simon. Há ainda o projeto imaginoso do sr Dilson Funaro. O sr Antônio Ermírio deixou os conservadores sem perspectivas.